Ano 1 ▪ Número 4 ▪ Junho de 2011

Jornal do SindCT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Vale do Paraíba

Programa Espacial em debate

Foto: Fernanda Soares

Nossa pauta Página 3

DCTA quer fazer ensaio de fadiga de novo cargueiro da EMBRAER

Ciência e Tecnologia Páginas 4 e 5

Debate no LIT lota o auditório e elabora propostas

Entrevista Página 7

UNIFESP quer chegar a 5 mil alunos até 2020

Editorial

http://www.sindct.org.br

Mudança estatutária fortalece a categoria

O SINDCT AGORA É SINDICATO de representação nacional

As instituições que compõem o setor aeroespacial do serviço público federal estão espalhadas em muitos estados do território nacional. Hoje o INPE, o DCTA e a Agência Espacial Brasileira (AEB) estão em cidades como Natal, Alcântara, Santa Maria, São Luiz, Atibaia, Cachoeira Paulista, Brasília, Belém, Rio de Janeiro, Cuiabá, Manaus, São Paulo e São José dos Campos.

Em assembleia de revisão estatutária ocorrida no Novotel, em maio deste ano, os servidores do INPE e DCTA deram um grande passo na sua luta. O SindCT passa a ser um sindicato de representação nacional. Assim, a representatividade do Sindicato fica maior. Agora, as unidades antes não representadas passam a ter direito à filiação, atendimento e suporte estrutural do nosso Sindicato.

Essa nova base territorial garante ao SindCT uma representação com peso de entidade nacional junto aos órgãos do Governo Federal e Congresso Nacional, além de garantir um lugar nas mesas nacionais, ao lado de entidades nacionais como a Condsef, a qual somos filiados.

Os problemas, as disputas e as demandas dos servidores do setor aeroespacial serão mais facilmente canalizados para discussões em Brasília, assim como permitirá ao SindCT apresentar, em alguns casos, representação jurídica diretamente nos tribunais superiores: TST, STJ e STF.

É mais uma ação efetiva da diretoria do SindCT em prosseguir na luta em defesa do servidor público federal da carreira de C&T no setor aeroespacial.

Opinião

DCTA é mau patrão?

SERVIDORES DO ÓRGÃO denunciam morosidade na entrega de laudos, averbações e aposentadorias

Por Fernando Morais

Toda relação de trabalho é gerida por regras, leis e procedimentos que a sustentam. Para que a relação de trabalho seja justa, as partes devem cumprir o acordado e se respeitar. Quando o trabalhador deixa de cumprir o acordado, o empregador imediatamente atua e corrige a falta, seja orientando, esclarecendo ou punindo.

Nesta mesma lógica, o que deve ser feito quando o patrão deixa de cumprir a lei prejudicando o trabalhador? O trabalhador deve procurar seu representante legal, apresentar o problema, municiar o representante com fatos e documentos para que a entidade de representação busque soluções para o problema. O representante da classe trabalhadora é o SINDICATO da categoria.

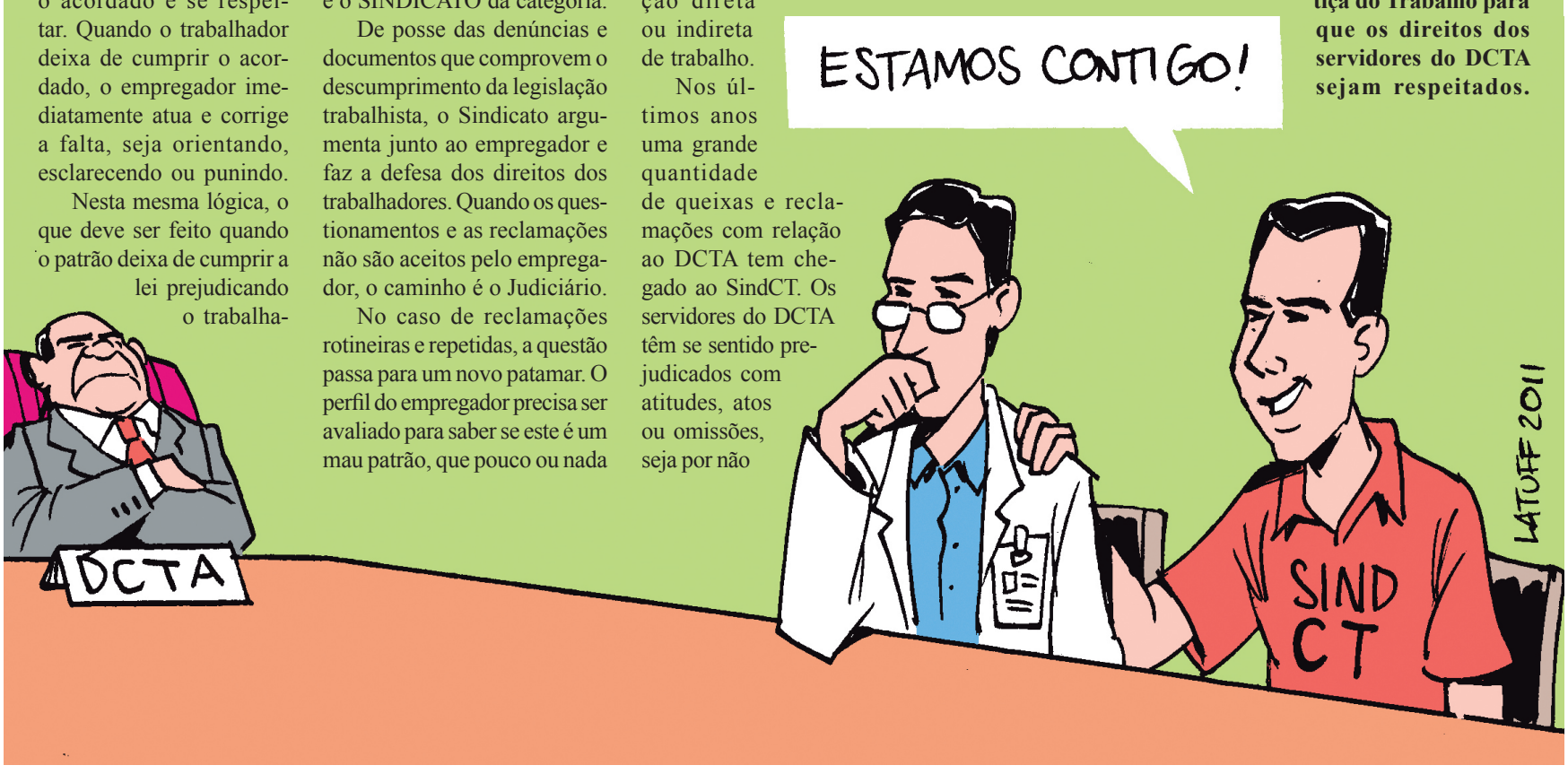
De posse das denúncias e documentos que comprovem o descumprimento da legislação trabalhista, o Sindicato argumenta junto ao empregador e faz a defesa dos direitos dos trabalhadores. Quando os questionamentos e as reclamações não são aceitos pelo empregador, o caminho é o Judiciário.

No caso de reclamações rotineiras e repetidas, a questão passa para um novo patamar. O perfil do empregador precisa ser avaliado para saber se este é um mau patrão, que pouco ou nada se preocupa com os recursos humanos da empresa ou órgão.

O SindCT, que representa os servidores civis do DCTA e INPE, recebe e catalisa as demandas, reclamações e anseios da categoria, seja em questões salariais bem como de relação direta ou indireta de trabalho.

Nos últimos anos uma grande quantidade de queixas e reclamações com relação ao DCTA tem chegado ao SindCT. Os servidores do DCTA têm se sentido prejudicados com atitudes, atos ou omissões, seja por não cumprimento de orientação, norma ou lei, ou mesmo por querer *ser mais realista do que o rei* em algumas interpretações legais.

É preciso urgentemente a mudança de tratamento dispensado pelo DCTA aos servidores civis. O SindCT não aceita atitudes que nos direcionam a concluir que o DCTA é, sim, um mau patrão. **E para defender o trabalhador do mau patrão existe, primeiro o Sindicato e, no limite a lei. Se preciso, vamos apelar para a Justiça do Trabalho para que os direitos dos servidores do DCTA sejam respeitados.**



EXPEDIENTE JORNAL DO SINDCT: Jornal do SindCT é uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Vale do Paraíba – fundado em 30 de agosto de 1989 ▪ Rua Santa Clara, 432, Vila Ady Anna ▪ CEP 12.243-630 ▪ São José dos Campos - SP ▪ Tel/fax: (12) 3941-6655 ▪ Responsabilidade editorial: a diretoria ▪ Horário de atendimento na sede: 8h30 às 17h30 ▪ Tiragem: 7.000 exemplares / 2.500 assinantes eletrônicos ▪ Jornalista Responsável: Fernanda Soares Andrade (MTB 29 972) ▪ Edição: Claudia Santiago (MTB 14915) ▪ Reportagem: Fernanda Soares, Marina Schneider (MTB 29.769/RJ) e Sheila Jacob ▪ Designer: Daniel Costa

VALORIZAR O PÚBLICO: investimento estatal não pode virar privado

DCTA quer realizar ensaios de fadiga de novo cargueiro da Embraer

Hoje, a Embraer não possui laboratório para ensaios de fadiga do C-390. Pretende construí-lo com financiamento do Governo Federal. Com quem vai ficar este laboratório? Com o DCTA ou com a Embraer privatizada?

Por Fernanda Soares

Fotos: Fernanda Soares (Abril/2011)

Aeronave da Embraer ALX no laboratório do DCTA em ensaio de fadiga

Em 2007, a Embraer anunciou o projeto de uma aeronave cargueira, o C-390, que poderá se tornar o maior e mais ambicioso projeto da empresa. O DCTA, berço da Embraer, quer participar da concorrência para a execução dos ensaios de fadiga da aeronave, como realizado com sucesso no caso da aeronave ALX no Laboratório de Ensaios Estruturais (LEE), da Subdivisão de Ensaios Estruturais (ASA-E), do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE).

Hoje, a Embraer não possui laboratório para ensaios de fadiga do C-390 e deverá construí-lo com financiamento do Governo Federal. Caso seja aceita a proposta da Embraer, o laboratório ficará para a empresa, hoje privada.

Laboratório no DCTA

A proposta do DCTA para o C-390 segue os mesmos moldes da realizada para o ALX: a construção de laboratório específico, porém mantendo toda a estrutura necessária no DCTA, podendo futuramente ser utilizada para outros testes. A ASA-E dispõe de equipe treinada, conhecedora dos processos de ensaio e capaz de conduzir a missão.

"Nós não perdemos em nada em relação à Embraer. O que nós não temos, eles também não têm. A Embraer teria que montar esse laboratório com recursos da FAB. A vantagem de montar esse laboratório no DCTA é deixar para o país o investimento feito pelo governo", afirma Ivanil Barbosa, diretor do SindCT e servidor do DCTA.

O contrato entre a Embraer e a Força Aérea Brasileira (FAB) foi assinado em abril de 2009 com o valor de R$ 3,028 bilhões. O custo foi estimado para cobrir o desenvolvimento e produção de dois protótipos e toda a documentação e ferramental associados. O cronograma do projeto tem três fases e duração total de sete anos. A primeira fase para definição de componentes e parcerias (dois anos); a segunda fase para detalhamento do projeto e produção de dois protótipos (três anos) e a terceira fase para testes e qualificação dos protótipos (dois anos). Seguindo o cronograma, a campanha de certificação do C-390 deverá iniciar no terceiro trimestre de 2014, para, então, ser autorizada a produção.

Sobre a aeronave C-390

O novo cargueiro militar será um avião capaz de transportar 19 toneladas, além de ser mais leve, de maior alcance, maior velocidade e ter mais capacidade de armazenamento de combustível. Outra característica importante é a capacidade de reabastecimento em vôo.

Segundo Ivanil Barbosa, o mundo não se preparou para a substituição dos aviões cargueiros usados atualmente e esse projeto da Embraer ocupará um novo nicho no mercado.

O caso da aeronave ALX

Na década de 60, para que as atividades de ensaios de fadiga pudessem ser realizadas na aeronave ALX, a Embraer propôs ao governo a construção de um laboratório específico. A realização destas atividades, somava um investimento de US$ 12 milhões. Todas as despesas para a construção do laboratório e compra de equipamentos seriam custeadas pelo governo e, após o término do ensaio de fadiga, o laboratório e toda a estrutura ficariam para uso da Embraer, na época uma empresa pública.

O DCTA propôs fazer o laboratório em suas instalações e investiu em equipamentos, infra-estrutura e treinamentos de pessoal o equivalente a US$ 9 milhões. As instalações hoje pertencem ao DCTA e podem ser usadas para outros fins, como ensaios de equipamentos bélicos, de trens de pouso da própria Embraer e ensaios de fadiga de pequenas aeronaves.

Hoje, frente ao passo a ser dado com o novo cargueiro perguntamos: por que não fazer o serviço no DCTA? Capacidade nós temos.

SINDCT REALIZA MESA-REDONDA NO LIT: perigo à vista, desmonte do INPE

Servidores do INPE e DCTA lotam auditório

O Programa Espacial Brasileiro passa por um processo de revisão desde que a presidência da Agência Espacial Brasileira (AEB) foi assumida por Marco Antonio Raupp, em abril deste ano. Raupp defende uma série de mudanças administrativas e gerenciais no Plano Nacional de Atividades Espaciais (PNAE).

Por Fernanda Soares

O *Jornal do SindCT*, edição de maio, alertava sobre o risco de desmonte do ETE/INPE devido à falta de concursos para recomposição do quadro de pessoal, aliada à transferência de competências do INPE para empresas privadas. Preocupado com o futuro do programa espacial, dos servidores e das próprias instituições, o SindCT promoveu no final do mês passado uma mesa redonda com o objetivo de envolver a comunidade no debate sobre os rumos do Programa Espacial Brasileiro. Seis especialistas, servidores de carreira do DCTA e INPE, aceitaram a proposta: Danton Villas Bôas, José Bezerra Pessoa Filho e Luis Eduardo Loures servidores, do IAE/DCTA; e Amauri Montes, José Nivaldo Hinckel e Leonel Perondi, do INPE.

A presença de muitos servidores do INPE e do DCTA foi um dos pontos fortes do evento. O debate se estendeu por mais de três horas e os presentes permaneceram até o final dos trabalhos, o que revela o grau de interesse e preocupação da comunidade com o atual momento e o futuro da Ciência e Tecnologia.

Problemas a serem enfrentados sem privatizar

Em síntese, na opinião dos especialistas, os problemas apresentados pelo Programa Espacial são os seguintes:

1. Condução política do programa,
2. Baixos investimentos,
3. Limitações da lei 8.666 e a
4. Escassez de recursos humanos.

Para eles, porém, estas questões não podem ser usadas como justificativas para transferir atribuições do setor público para o privado, como preconiza Antonio Raupp ao defender a participação da indústria privada no gerenciamento e condução da tecnologia espacial na figura dos "Main contractor".

José Bezerra Pessoa Filho, do DCTA, apresentou uma triste análise do PNAE 2005/2014, mostrando que nenhuma previsão de lançamento de satélites (eram cinco lançamentos entre 2007 e 2011) foi cumprida até hoje. Segundo Bezerra, além da sempre ressaltada falta de recursos humanos, da falta de recursos financeiros, uma organização deficiente e estratégias equivocadas são o grande problema do Programa Espacial Brasileiro. "Atualmente é discutido o PNAE 2015/2030, ignorando o que não foi cumprido no programa atual", afirmou.

Alcântara Cyclone Space e VLS

Dentre os pontos abordados destacaram-se a incoerência da AEB em destinar 16 % dos recursos para a Alcântara Cyclone Space desenvolver um foguete ucraniano, contra apenas 5 % para o desenvolvimento do nosso foguete, o VLS. Foi criticada também a atual estrutura organizacional das instituições do setor (INPE, DCTA e AEB), ligada a diferentes ministérios, com uma hierarquia confusa, dificultando ainda mais o desenvolvimento do programa.

Mas o debate não ficou apenas nos pontos em comum. Discussões acaloradas se deram sobre temas como **A)** a forma de se lidar com as limitações impostas pela lei de licitações (n° 8.666), **B)** as futuras missões de satélites e foguetes a serem priorizadas e **C)** a forma como deveria se dar a participação da indústria privada na execução dos projetos.

Uma comparação: Brasil, China e Índia

O Brasil foi comparado à China e Índia pelos debatedores, pois esses países iniciaram suas atividades no setor espacial na mesma época. Hoje a China e a Índia estão na frente do Brasil. Em relação aos investimentos em lançadores, por exemplo, a Índia investe 50% do orçamento do programa espacial para esse fim, enquanto o Brasil destina apenas 5%. De acordo com Danton Villas Bôas, o orçamento limitado não permite a realização do programa, deixando projetos como o *Plataforma Multimissão* "no papel" há mais de 10 anos.

Para o presidente do SindCT, Fernando Morais, a missão espacial não está atrasada por culpa dos servidores ou por falta de vocação institucional, mas passa pelos diversos governos nos quais o Programa Espacial foi mal conduzido. "A culpa é da falta de vontade política dos governos dos últimos 20 anos em se fazer ciência e tecnologia espacial", afirma.

Segundo ele, a falta de recursos financeiros e de contratação de pessoal também

Na coordenação da mesa, Gino Genaro, diretor do SindCT

Os participantes atentos acompanham os debates

para debater Programa Espacial Brasileiro

Bezerra

são grandes desafios. "A falta de profissionais especializados pode comprometer o PNAE. Não há previsão de cargos, vagas nem concursos para o INPE e no IAE (DCTA), principais responsáveis pelo Programa Espacial", pondera.

Revisão da Lei 8.666, das licitações

A Lei 8.666 trata das normas para licitações e contratações na administração pública. Ela não atende às necessidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de um campo como o da C&T além de individualizar as interpretações. As alterações que precisam ser feitas, porém, exigem muito cuidado.

Enquanto Raupp defende a participação da indústria privada no gerenciamento da tecnologia espacial, os servidores do setor, em especial DCTA e INPE, defendem a permanência do desenvolvimento de tecnologia e seu controle no setor público.

Para o SindCT, só um programa de Estado forte pode bancar tecnologia em escala industrial para o Programa Espacial, uma forte indústria de defesa e garantir que não faltará tecnologias essencial ao Brasil. As indústrias privadas entrariam na produção de sistemas e subsistemas, com gerenciamento e tecnologia desenvolvida nos institutos ou com o que elas já dispõem,gerando assim transferência tecnológica e empregos de qualidade para projetos diferentes do espacial.

SindCT promove debate maduro

"O debate mostrou que somos capazes de discutir temas de grande importância nacional. Dessa discussão podemos extrair o conteúdo que pode e deve ser apresentado à comunidade, à sociedade e aos que podem ajudar na melhoria do Programa Espacial Brasileiro. A participação da comunidade do INPE e DCTA foi muito grande, com o local tomado por servidores preocupados com o momento atual, o CBERS, o VLS e todo o programa espacial", afirmou entusiasmado Fernando Morais.

Para a diretoria do SindCT o conteúdo do debate e as intervenções mostraram o alto nível de conhecimento e capacidade de uma comunidade em saber o que é melhor para o destino do programa espacial.

O tecnologista sênior do LIT, Ciro Hernandes, espera que o debate promovido pelo SindCT possa gerar um documento que atinja e influencie positivamente os responsáveis pela tomada de decisões no Programa Espacial Brasileiro.

O SindCT acredita que haverá boa reflexão aos que participaram do debate para, em nova oportunidade, trazer mais subsídios na defesa e para a melhoria das atividades do DCTA e INPE.

"Foi produtivo e abordou assuntos pertinentes que estão sendo discutidos nas instituições", afirma Heitor Partire, tecnologista do INPE. "O Programa Espacial Brasileiro só tem sentido quando possibilita de forma eficaz o domínio da alta tecnologia", conclui Amauri Montes.

Grupo Rádio Aguapé na convocação para o debate no LIT

Fotos: Fernanda Soares

O que o Brasil precisa

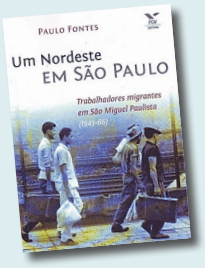
- ✓ **Satélites geoestacionários de telecomunicações**
- ✓ **Satélites de observação da terra voltados para integração nacional**
- ✓ **Monitoramento territorial e ambiental, segurança e defesa**
- ✓ **Formar parcerias com universidades ou indústria para treinamento de equipes**
- ✓ **Missões precursoras de sistemas espaciais**
- ✓ **Popularização do espaço. Transferência de tecnologia espacial para aplicação na indústria (spin off).**
- ✓ **Estabelecer um ritmo de produção de dois a três lançamentos de veículos de sondagem por ano, durante um período de 10 anos.**
- ✓ **Redução de prazos, riscos e custos.**
- ✓ **Ampliação do Programa Espacial para a possível inclusão de países de América do Sul, gerando parcerias.**

Propostas básicas

1. **O PNAE deveria ser a diretriz a ser seguida e cobrada. E só deveria ser reformulado através de ampla discussão com a sociedade, com orçamentos suficientes para seu cumprimento.**
2. **A Lei 8.666 precisa ser revista, de forma a fornecer instrumentos legais para o desenvolvimento de tecnologia.**
3. **A carreira de C&T precisa ser valorizada.**
4. **Produção de nova versão de veículos lançadores a cada 5/8 anos. Foco em comunicação e defesa, grande demanda brasileira atual além de inserir a alta capacitação do INPE e DCTA nesta ação .**
5. **Investir no desenvolvimento e produção de satélites e lançadores. Hoje é produzido um satélite a cada quatro anos e nenhum lançador.**
6. **Atingir excelência em C&T na área espacial e suas aplicações.**

LIVRO

Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)
Autor: Paulo Fontes
Editora FGV



O livro trata da vida dos nordestinos que migraram em meados do século 20 para o bairro de São Miguel Paulista, em São Paulo. Ao falar sobre a história da cidade e os processos de formação operária vinculados às fábricas e às lutas trabalhistas, o autor aborda temas como identidade de classe, consciência regional, movimentos sociais e organizações sindicais. O leitor se aproxima do cotidiano dos migrantes em sua casa, no trabalho, na rua e no lazer. Passa a conhecer suas mobilizações por direitos urbanos e trabalhistas.

FILME

Lawrence da Arábia
David Lean - EUA
1962 (222 minutos)

O Oriente Médio, historicamente, ocupa papel central na geopolítica mundial devido à sua posição de encontro entre três continentes e devido ao seu papel na origem de civilizações centrais na história mundial. Na história recente, continua como um dos pólos centrais da política mundial devido às suas fontes de petróleo, sua posição geográfica e pela presença de Israel na região. O filme Lawrence da Arábia, produzido em 1962, nos dá pistas importantes sobre como se construiu historicamente o interesse das potências centrais européias pela região, pelo menos desde o fim do século XIX, a Época dos Impérios (1880 a 1914). Lawrence da Arabia ganhou sete oscars e é considerado pelo American Film Institute como um dos dez melhores filmes de todos os tempos.

NILTON, UM JOESENSE: músico, arte educador e produtor cultural

Para Nilton Blau, "a música traz a alegria do viver e do compartilhar"

Está em fase de produção o novo CD "Folias e Trovas da Beira Rio" do grupo Cabelo de Milho. Nilton Aparecido Barbosa, o Blau, um dos criadores do grupo, é compositor do Emcubala, bloco de carnaval formado pelos funcionários do INPE que, pelo terceiro ano consecutivo, abre o carnaval da cidade.

Por Fernanda Soares

Foto: Fernanda Soares

Blau durante aula no IIPS

Em abril deste ano o músico Nilton Aparecido Barbosa, o Nilton Blau, juntamente com o Instituto de Inclusão e Pertencimento Social (IIPS) começou a ministrar aulas de música e folclore para jovens especiais, na Vila Ady Anna. "De forma lúdica, informativa e interativa, trabalhamos o desenvolvimento psicomotor e a socialização", conta Blau.

O trabalho com os jovens é beneficiado pela longa experiência de Nilton Blau, joseense criado em Minas Gerais até os 15 anos. Nas Gerais, Blau vivenciou e incorporou a tradicional cultura brasileira. Criado pela avó materna, Rosalina, ouviu dela os causos, orações, receitas, cantigas e todas as histórias de seus bisavôs, que descendiam de escravos das lavouras de café. Do avô Juca, pescador de origem italiana, herdou a alegria. Do pai, o violeiro, compositor, pintor e poeta, Vicente Claudino, recebeu o amor pela música.

"Tive uma vida muito simples, mas intensa e feliz. Até mesmo na hora de dividir o prato de feijão com farinha de milho", afirma o músico.

A arte na transformação social

Na Escola Agrícola de Jacareí, Blau despertou para a cultura social. Estudou música com grandes mestres. Em Salvador, conviveu com Olodum, Olorum, Araketu e outros. Aprendeu a ser bonequeiro com mestre Saúba e com a figureira D. Eugenia. Trabalhou durante 23 anos junto ao grupo de estética de folclore Piraquara. Participou de montagens de espetáculos de folias, congos, maracatus, afoxés, mazurkas, sambas de roda, jongo, autos de natal. É compositor do bloco Piro-Piraquara que sai todos os anos em São José. No teatro, participou em São José das montagens de *Morte e Vida Severina* e *O Pagador de Promessas*.

Com a síntese feita a partir deste vasto aprendizado desenvolveu um método de socialização que envolve arte e educação para crianças e jovens.

Já em 1996, na zona sul de São José, ele montou uma oficina de percussão com crianças carentes. Nela estão as raízes do *Projeto Djemberê*, que trabalha a música como elemento de transformação social e incentivo para novos valores artísticos na comunidade. O Djemberê mantém dois pontos de ação na comunidade. Um deles é o Grupo de Forró Djemberê. Em parceria com a Prefeitura de São José ministra workshops de cultura. Com a Sociedade Amigos da Vila Ema (Savema) mantém um local para reunir artistas, músicos e arte-educadores onde são ministradas aulas de percussão para a comunidade.

"Parabenizo este jornal pela possibilidade de expressão de um cidadão músico, arte educador, poeta, violeiro, bonequeiro e produtor cultural e pai, que resiste às novas culturas midiáticas que tiram, principalmente do jovem, a capacidade de crítica", conclui Blau.

Cabelo de Milho: 20 anos de história

O Grupo *Cabelo de Milho* surgiu, há mais de 20 anos, da parceria entre Blau e o músico e mestre do acordeom Kardec Gonzaga. Um grupo singular que tem no repertório composições próprias e de artistas do Vale do Paraíba. Com dois CD´s gravados e um DVD, o Cabelo de Milho leva a cultura do Vale do Paraíba para os palcos e para o mundo através da voz, cordas e percussão de Nilton Blau, dos acordes da sanfona de Gonzaga e do desempenho musical dos músicos que os acompanham. Blau diz que gostaria de atender mais a comunidade de São José na sua carência de cultura, mas que, infelizmente, as instituições ligadas à Cultura e Arte fecham suas portas sem explicações. "Verbas destinadas a essas áreas existem, mas esbarram na burocracia" protesta.

Fotos: Fernanda Soares

ENSINO SUPERIOR: Brasil tem 80% dos alunos na rede privada

Unifesp quer ter 5 mil alunos até 2020

Entrevista ao jornal do SindCT, do Diretor do campus, Armando Zeferino Milioni, Engenheiro mecânico aeronáutico. Formado no ITA, mestrado no ITA e Dr em Pesquisa Operacional em Chicago, fala sobre os planos de expansão do ensino superior no Brasil, as especificidade de São José, as prioridades de universidade e a parceria com o Inpe.

Por Fernanda Soares e Claudia Santiago

Jornal do SindCT: ***No pós-Golpe de 64, através dos "Acordos MEC-USAID", as portas à privatização do ensino foram abertas. Hoje, 86,2% dos estudantes universitários estão em instituições privadas. Qual a importância da Unifesp para o ensino, a pesquisa e a extensão?***

Zeferino Milioni: Eu moro em São José dos Campos há 37 anos. Desde que cheguei aqui as vagas em ensino público superior são as mesmas. Nos últimos 40 anos o município multiplicou de tamanho. No estado de São Paulo, é o segundo município em exportações e o trigésimo em população. No entanto, não há vagas públicas em ensino superior. Encontrei apenas três municípios maiores em população e com menos vagas em ensino superior público do que São José.

A população desses municípios faz uso das instalações universitárias da capital. Todos são colados com a capital do seu estado. A vaga pública mais próxima de São José dos Campos fica há 80 km, em Guaratinguetá ou São Paulo.

A chegada da Unifesp atende a uma política do Governo Federal de expansão das universidades federais.

O Brasil está na contramão do mundo desenvolvido em termos de vagas públicas. Nos EUA ou Europa, 80% dos alunos estudam na rede pública. No Brasil, é exatamente o contrário: 80% dos alunos aproximadamente estão na rede privada. Fiquei muito entusiasmado com a chegada da Unifesp. Será uma história de muito sucesso.

Jornal do SindCT: ***Como vai funcionar a Unifesp? A quantas pessoas atenderá direta e indiretamente?***

Milioni: Por enquanto, a Unifesp é pequena. Atende a 650 alunos. Nosso plano é atender mais de 5.000 alunos e ter 1.500 alunos na pós-graduação.

Jornal do SindCT: ***Qual será a sua prioridade? Quais cursos serão abertos? Haverá pós-graduação?***

Milioni: A universidade começou em 2007 com o curso de Ciência da Computação. Eram 50 vagas. Em 2009, foram abertas mais 50 vagas. Desta vez, em matemática computacional. Este ano, 2011, foram abertas mais 200 em Ciência e Tecnologia. C&T é um curso de três anos de duração. Com mais um ano o aluno pode concluir Engenharia de Materiais ou Engenharia Biomédica e, com mais dois anos Engenharia de Energia ou Engenharia de Automação e Controle.

A gente quer ser diferente do Ita principalmente em tamanho, queremos ter 5.000 alunos até o final de 2020. A Unifesp em São José é só área de exatas. Em cada campus ela tem uma identidade. Em Diadema, tem cursos de química e meio ambiente. Em Guarulhos, Filosofia, História e Letras. Em São José, nós somos o Instituto de Ciência e Tecnologia da Unifesp.

Jornal do SindCT: ***Foram encontrados problemas para instalar a universidade pública em SJC? De que tipo? Como foram superados?***

Milioni: Eu sou recente aqui, não tenho um ano, mas ouço histórias muito ruins. A universidade começou no Parque Tecnológico, com uma turma de 50 alunos no período noturno. Os alunos contam que lá em 2007 não tinha nada. Tinha um professor dando aula pra 50 alunos. Eles contam de ratos na sala de aula, computador sem acesso à internet, e faltava luz... isso que os alunos contam. E quando mudamos pra cá, atrás do prédio era um brejo, ficava cheio de pernilongos. Eu não vi nada disso. Se teve algum problema burocrático para a instalação eu não soube, sempre ouvi falar que o relacionamento da prefeitura com o governo para a instalação da universidade é uma maravilha, tanto que a prefeitura doou o prédio que estamos hoje.

Jornal do SindCT: ***O ITA estabeleceu parcerias com algumas empresas. A Unifesp também faz parcerias?***

Milioni: Eu estabeleci uma parceria com o INPE, que é o nosso melhor parceiro daqui. O INPE tem cinco programas de doutorado e um monte de bolsistas da CAPES que não têm onde cumprir o estágio docência. Quem tem bolsa de estágio da CAPES firma o compromisso de se dedicar em pelo menos um semestre a um estágio de docência. Onde os alunos do INPE poderiam fazer já que o INPE não tem curso de graduação? Eu fui lá e convidei para fazer aqui. É bom pra eles que tinham um problema nesse sentindo, e é bom pros meus alunos. Tem muita gente que diz: São José já tem muita ciência e tecnologia, falta arquitetura, história, medicina. Minha posição é a seguinte. São José não tem muita ciência e tecnologia, tem o ITA, que é muito pequeninho, e tem as privadas. Eu adoraria que viesse uma UNESP, USP e se instalasse do meu lado no Parque Tecnológico. Ali tem terreno sobrando. E a Unifesp já tinha escolhido os outros campi. Foi natural a Unifesp trazer pra São José aquilo que é o talento mais notável para a cidade que é a Ciência e Tecnologia. Tem gente que fala, "C&T tem muito, falta uma faculdade de medicina". Eu que moro aqui também quero uma faculdade de medicina, mas pra Unifesp não é tão simples. A Unifesp tem um estatuto e lá diz que ela não duplica curso no estado de São Paulo. **Ou seja, não pode haver o mesmo curso em dois municípios.** Eu adoraria que alguém trouxesse cursos de outras áreas, mas não vai ser a Unifesp. Todos os cursos que estão sendo criados aqui não existem nas outras unidades da Unifesp. Vamos festejar o que a gente trouxe.

Jornal do SindCT: ***A Unifesp trabalha com sistema de cotas? Há alguma estimativa de quantos alunos são provenientes de escolas públicas, quantos são de São José?***

Milioni: Aqui na Unifesp a política adotada pelo Conselho Universitário é de reserva de 10% das vagas para cotistas de escolas públicas e declarados negros ou índios. Fizemos um levantamento com os 300 novos alunos. 45% vieram de escolas particulares. 47% dos alunos são de São José. De outras cidades do Vale, 15%. De fora do estado, 2%.

Jornal do SindCT: ***No final do ano passado, em carta dirigida à sociedade brasileira os reitores das principais universidades do país reconhecem o Governo Lula como o período em que mais se investiu em educação pública. Desta maneira, o governo brasileiro atrapalhou o cumprimento das metas estabelecidas pelo Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina (Preal), inspiradas ainda pelo Consenso de Washinghton?***

Milioni: Não tenho conhecimento da América Latina então não posso falar sobre isso. Eu tenho 55 anos. Eu sou entusiasmado com a coragem do Governo Lula de fazer essa ampliação da educação. É claro que teria sido mais fácil fazer essa ampliação em 20 anos, mas o tamanho da dívida social do país requer essa agilidade. Nós não vamos resolver os problemas do país sem sacrifício. Daqui a 10 anos esses problemas terão sido resolvidos. Então sou absolutamente encantado com esse esforço em torno da educação.

O que vai pelo Brasil http://www.sindct.org.br

BRASIL: Maio de 2011, um mês que entrou para a história

Novo código florestal: um debate a ser feito

Em maio de 2011 ocorreram alguns fatos que exigem grande reflexão: aprovação do novo Código Florestal pela Câmara dos Deputados e assassinato de quatro militantes da causa ambiental e da Reforma Agrária, na Região Amazônica.

Por Claudia Santiago

O novo Código Florestal brasileiro, aprovado na Câmara dos Deputados, é polêmico. Seus defensores afirmam que ele é essencial para o desenvolvimento econômico do país. Os que o rejeitam, dentre estes oito ex-ministros do Meio Ambiente, afirmam que o novo código está na contramão da história e em detrimento de nosso capital natural, as florestas, e a serviço do agronegócio. O artigo mais criticado do novo código é o que concede anistia para os desmatadores.

"Pressionar por uma liberação ampla dos processos de desmatamento significa desconhecer a progressividade de cenários bióticos e o tempo futuro", disse em artigo o cientista Aziz Ab'Saber.

Assassinato de ambientalistas

No dia 24 de maio de 2011, foram assassinados José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, assentados no Projeto Agroextrativista Praialta-Piranheira, em Nova Ipixuna – PA, onde vivem 500 famílias. Foram vítimas de uma emboscada e executados com tiros na cabeça. Eles eram integrantes do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), ONG fundada por Chico Mendes. Sobreviviam do extrativismo de óleos, castanhas e frutos de plantas nativas, como cupuaçu e açaí.

Na sexta-feira, dia 27 de maio, o agricultor Adelino Ramos, de 56 anos, foi assassinado em Vista Alegre do Abunã, um distrito de Porto Velho, em Rondônia. Segundo a CPT, Ramos vinha sendo ameaçado há algum tempo por madeireiros da região. Ele era um dos sobreviventes do Massacre de Corumbiara, ocorrido em 1995, em Rondônia, e integrava o Movimento Camponês de Corumbiara.

Para finalizar o mês de maio, mais um agricultor foi morto no Pará. A quarta morte em uma semana. O corpo foi encontrado no sábado, dia 28, na mesma área onde morreram José Claudio e Maria do Espírito Santo. Erenilto Pereira dos Santos, de 25 anos, levou um tiro na cabeça. Ele seria uma das testemunhas que viram os suspeitos de matar o casal de ambientalistas.

Segundo a CPT nos últimos 25 anos 1614 pessoas foram assassinadas no Brasil em virtude dos conflitos por terras. Destes casos, somente 91 casos foram julgados e resultaram na condenação de 21 mandantes e 72 executores. Os demais estão livres e impunes. A pergunta que se faz neste momento é: até quando?

O que vai pelo mundo

A EUROPA está fervendo

Ninguém sabe para onde vai a revolta de milhões de europeus

Espanha, Portugal, Itália, Grécia, Irlanda e agora até a pacata Bélgica estão sendo palcos de uma indignação crescente dos trabalhadores e da população mais pobre.

Por Claudia Santiago

"Indignados" contra quem? A palavra mais falada, nas ruas e praças destes países é Fundo Monetário Internacional, o malfadado FMI. Sim, o mesmo que, em 1989, impôs o famoso Consenso de Washinghton a todos os países da América Latina.

É contra a política imposta aos vários países europeus pela mesma instituição e pelo Banco Central Europeu, orquestrado pela Alemanha, que centenas de milhares de "indignados" estão mostrando sua revolta. O que é esta indignação? De onde vem?

Em todos estes países, há traços comuns: forte desemprego, que chega até os 40% entre os jovens de até 30 anos e a piora geral das condições de vida. A velha ideia de "Estado de bem-estar social" já vai longe! As políticas neoliberais destruíram a fantasia de uma Europa feliz, com todo mundo gozando um mês de férias nos Caribes ou nas ilhas Seichelles.

Hoje, a saúde, os transportes, a educação, a cultura, outrora serviços públicos universais e gratuitos são reservados a quem puder pagar por eles. Para quem não pode pagar, sobra morar na casa dos pais até mais de 30 anos e depender destes para sobreviver.

Essa é a mola que leva centenas de milhares de jovens, mas não só, em Barcelona, Madrid, Paris, Dublin e Atenas a se indignar, se revoltar e procurar desesperadamente uma sida neste beco sem saída. Até na Itália do magnata e mágico prestidigitador Berlusconi, os trabalhadores estão abrindo os olhos. No final de maio, elegeram um administrador de esquerda na maior cidade da República, em Milão. Quem sabe a indignação não se espalhe até por lá.

A esquerda, com seus partidos e sindicatos está patinando, sem conseguir se apresentar como alternativa. Mas o exemplo de Milão pode ensinar caminhos que se achavam perdidos. Outros serão traçados sob pressão dos fatos. Enquanto isso, a indignação continuará crescendo.